

Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5599
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP
Sao José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 28P015100/O-8



Danielo Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP
CNPJ/MF nº 03.065.046/0001-87

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		106.875	111.309	CIRCULANTE		50.514	50.741
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	2.581	1.745	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	39.384	40.836
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		66.489	74.183	Depósitos à Vista		26.078	22.935
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	3	Depósitos a Prazo		13.306	17.901
Correspondentes no país		2	1	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		-	1
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	66.486	74.179	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	30.053	28.516	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		103	69
Operações de Crédito		33.456	32.392	Recursos em Trânsito de Terceiros		103	69
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.403)	(3.876)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 11)	1.048	1.025
OUTROS CRÉDITOS		6.276	5.422	Empréstimos País - Outras Instituições		1.048	1.025
Rendas a Receber		183	152	OUTRAS OBRIGAÇÕES		9.979	8.810
Diversos	(NOTA 06)	6.178	5.451	Cobrança e Arrecadação de Tributos		27	7
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(85)	(181)	Sociais e Estatutárias		1.577	1.158
OUTROS VALORES E BENS		1.476	1.443	Fiscais e Previdenciárias		330	345
Outros Valores e Bens		744	1.042	Diversas	(NOTA 12)	8.045	7.300
(Provisão para desvalorização)		(64)	-				
Despesas Antecipadas	(NOTA 07)	796	401				
NÃO CIRCULANTE		25.612	20.155	NÃO CIRCULANTE		63.050	64.860
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		25.612	20.155	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		63.050	64.860
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	17.815	13.984	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	63.050	64.860
Operações de Crédito		19.192	15.678	Depósitos a Prazo		63.050	64.860
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.377)	(1.694)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	1	-				
Diversos		1	-				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	2.670	997				
Despesas Antecipadas		2.670	997				
INVESTIMENTOS	(NOTA 08)	2.584	2.523	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.923	15.863
Outros Investimentos		2.584	2.523	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 14)	11.379	10.221
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09)	1.216	1.436	De Domiciliados no País		15.921	14.301
Outras Imobilizações de Uso		3.754	3.579	(Capital a Realizar)		(4.542)	(4.080)
(Depreciação acumulada)		(2.538)	(2.143)	RESERVAS DE SOBRAS		6.659	5.068
INTANGÍVEL	(NOTA 09)	1.326	1.215	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		885	574
Outros Ativos Intangíveis		2.384	1.974				
(Amortização acumulada)		(1.058)	(759)				
TOTAL DO ATIVO		132.487	131.464	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		132.487	131.464

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP
CNPJ/MF nº 03.065.046/0001-87

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.357	-	10.357	20.518	-	20.518	20.430	-	20.430
Operações de Crédito	10.357	-	10.357	20.518	-	20.518	20.430	-	20.430
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.619)	(8)	(4.627)	(9.868)	(16)	(9.884)	(14.287)	(13)	(14.300)
Operações de Captação no Mercado	(2.954)	(5)	(2.959)	(7.364)	(10)	(7.374)	(9.945)	(7)	(9.952)
Operações de Empréstimos e Repasses	(41)	(3)	(44)	(94)	(6)	(100)	(120)	(6)	(126)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.624)	-	(1.624)	(2.410)	-	(2.410)	(4.222)	-	(4.222)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.738	(8)	5.730	10.650	(16)	10.634	6.143	(13)	6.130
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.330)	192	(4.138)	(8.347)	396	(7.951)	(5.498)	309	(5.189)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.355	1.131	2.486	2.699	2.092	4.791	2.535	1.758	4.293
Rendas de Tarifas Bancárias	1.396	-	1.396	2.707	-	2.707	2.810	-	2.810
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.653)	(342)	(4.995)	(8.735)	(573)	(9.308)	(7.986)	(391)	(8.377)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(3.362)	(388)	(3.750)	(6.927)	(727)	(7.654)	(7.141)	(578)	(7.719)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(34)	(97)	(131)	(77)	(147)	(224)	(54)	(91)	(145)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	3.337	33	3.370	7.782	40	7.822	10.087	66	10.153
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(2.369)	(145)	(2.514)	(5.796)	(289)	(6.085)	(5.749)	(455)	(6.204)
RESULTADO OPERACIONAL	1.408	184	1.592	2.303	380	2.683	645	296	941
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(83)	(5)	(88)	(85)	(7)	(92)	(41)	(7)	(48)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.325	179	1.504	2.218	373	2.591	604	289	893
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	74	74	-	-	-	-	(84)	(84)
Provisão para Imposto de Renda	-	39	39	-	-	-	-	(39)	(39)
Provisão para Contribuição Social	-	35	35	-	-	-	-	(45)	(45)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.325	253	1.578	2.218	373	2.591	604	205	809
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	373	(373)	-	205	(205)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.325	253	1.578	2.591	-	2.591	809	-	809
DESTINAÇÕES	-	-	-	(2.280)	-	(2.280)	(573)	-	(573)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(533)	-	(533)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(156)	-	(156)	(57)	-	(57)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.091)	-	(1.091)	(516)	-	(516)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(500)	-	(500)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	311	-	311	236	-	236

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP
CNPJ/MF nº 03.065.046/0001-87

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	10.300	4.552	-	954	15.806
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(604)	(604)
Destinações para reservas	-	-	338	(338)	-
Outras destinações	-	-	-	(12)	(12)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.144	-	-	-	1.144
Baixas de capital	(1.223)	-	-	-	(1.223)
Reversões de reservas	-	-	(338)	338	-
Resultado do período	-	-	-	809	809
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(57)	(57)
Reserva Legal - Estatutária	-	516	-	(516)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	10.221	5.068	-	574	15.863
Mutações do Período	(79)	516	-	(380)	57
Saldos no início do período em 01/01/2017	10.221	5.068	-	574	15.863
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	-	574	(574)	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.528	-	-	-	1.528
Baixas de capital	(888)	-	-	-	(888)
Reversão de reserva	-	-	(574)	574	-
Resultado do período	-	-	-	2.591	2.591
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(156)	(156)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.091	-	(1.091)	-
Juros sobre o Capital Próprio	518	-	-	(533)	(15)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	500	-	(500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	11.379	6.659	-	885	18.923
Mutações do Período	1.158	1.591	-	311	3.060
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	10.609	5.068	574	1.013	17.264
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	795	-	-	-	795
Baixas de capital	(543)	-	-	-	(543)
Reversão de reserva	-	-	(574)	574	-
Resultado do período	-	-	-	1.578	1.578
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(156)	(156)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.091	-	(1.091)	-
Juros sobre o Capital Próprio	518	-	-	(533)	(15)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	500	-	(500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	11.379	6.659	-	885	18.923
Mutações do Período	770	1.591	(574)	(128)	1.659

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP
CNPJ/MF nº 03.065.046/0001-87

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.334	2.369	520
Resultado do semestre/exercício	1.578	2.591	809
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	756	(222)	(289)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	565	(789)	(1.070)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	56	64	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	18	(97)	121
Depreciação do imobilizado de uso	193	396	440
Amortização do intangível	146	299	174
Baixas do ativo permanente	-	1	8
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(46)	31	60
Destinações ao FATES	(156)	(156)	(57)
Dividendos SicrediPar	(20)	29	35
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(3.899)	(9.202)	11.361
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.285	2	-
(Aumento) em relações com correspondentes	-	(1)	(1)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(6.164)	(4.578)	2.331
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.953)	(1)	(122)
(Aumento) em outros créditos	(448)	(787)	(549)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.885)	(1.770)	(1.537)
Aumento (Redução) em depósitos	2.198	(3.262)	11.348
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	49	34	(30)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	44	23	240
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(57)	(95)
(Redução) Aumento em outras obrigações	1.975	1.195	(224)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.565)	(6.833)	11.881
Aquisição de Investimentos	-	(61)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(123)	(178)	(137)
Aplicações no Intangível	(238)	(410)	(366)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(361)	(649)	(503)
Integralização de capital	795	1.528	1.144
Baixa de capital	(543)	(888)	(1.223)
Juros ao capital próprio	(15)	(15)	-
Distribuição de Sobras	-	-	(616)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	237	625	(695)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.689)	(6.857)	10.683
Caixa e equivalente de caixa no início do período	70.756	75.924	65.241
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	69.067	69.067	75.924

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/05/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.299)	(1)	(14.300)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.221)	(1)	(4.222)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.190)	1	(5.189)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(7.288)	(431)	(7.719)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	10.152	1	10.153
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(6.635)	431	(6.204)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	2.581	1.745
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	66.486	74.179
Total	69.067	75.924

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	29.349	15.287	44.636	41.517
Financiamentos	4.107	3.905	8.012	6.553
Carteira total	33.456	19.192	52.648	48.070

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	4.867	1	4.868	4.327
Total	4.867	1	4.868	4.327

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	26.554	26.420	133	132
Nível B	1,00	15.927	10.983	159	110
Nível C	3,00	6.174	3.081	185	92
Nível D	10,00	3.634	5.605	363	561
Nível E	30,00	972	1.116	292	335
Nível F	50,00	858	983	429	492
Nível G	70,00	310	600	217	420
Nível H	100,00	3.087	3.609	3.087	3.609
Total (i)		57.516	52.397	4.865	5.751

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.322	10.097	10.263	10.814	32.496	32.823
Industrial	11	721	217	471	1.420	1.114
Comércio	249	4.549	2.090	2.231	9.119	7.395
Outros Serviços	336	3.874	4.594	5.677	14.481	11.065
Total	1.918	19.241	17.164	19.193	57.516	52.397

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	7.586	13,19	4.804	9,17
50 devedores seguintes	11.340	19,72	9.043	17,26
100 devedores seguintes	10.099	17,56	8.279	15,80
Demais	28.491	49,54	30.271	57,77
Total	57.516	100	52.397	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	5.751	6.700
Constituição de provisão	2.410	4.222
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.296)	(5.171)
Saldo final	4.865	5.751

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.400 (2016 - R\$ 1.179), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 2.028 (2016 - R\$ 1.315).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	53	22
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	625	634
Devedores por depósitos em garantia	140	17
Impostos e contribuições a compensar	98	20
Títulos e créditos a receber	4.867	4.327
Cotas de consórcio	170	160
Operações com cartões	29	24
Pendências a regularizar	78	61
Outros	118	186
Total Circulante	6.178	5.451

Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	744	1.042
Imóveis	638	877
Veículos e afins	106	165
Despesas antecipadas	796	401
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(64)	-
Total Circulante	1.476	1.443

Despesas antecipadas	2.670	997
Total realizável a longo prazo	2.670	997

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 64 (2016 - R\$ 0) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.499	1.438
Sicredi Participações S.A.	1.084	1.084
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	2.584	2.523

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	351.266 ON	351.266 ON	1	1	1.498.595	1.437.748
	732.746 PN	732.746 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,12%	0,12%	0,61%	0,63%	0,78%	0,90%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	1.084	1.084	1	1	1.499	1.438

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	3.754	(2.538)	1.216	1.436
Imobilizações em curso	-	44	-	44	158
Instalações	10%	1.343	(918)	425	457
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.184	(754)	430	522
Sistema de comunicação	10%	122	(43)	79	23
Sistema de processamento de dados	20%	851	(714)	137	197
Sistema de segurança	10%	175	(106)	69	79
Sistema de transporte	20%	35	(3)	32	-
Intangível (i)		2.384	(1.058)	1.326	1.215
Investimentos Confederação		2.384	(1.058)	1.326	1.215
Total		6.138	(3.596)	2.542	2.651

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	26.078	-	-	26.078	22.935
Depósitos a prazo	4.901	8.405	63.050	76.356	82.761
Total	30.979	8.405	63.050	102.434	105.696

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	1.048	1.025
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.048	1.025
Total circulante	1.048	1.025

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	415	387
Obrigações por convênios oficiais	2	-
Provisão para pagamentos a efetuar	1.725	1.073
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	217	186
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4	3
Pendências a regularizar	161	57
Operações com cartões	4.870	4.215
Demais fornecedores	228	226
Credores diversos	423	1.153
Total circulante	8.045	7.300

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	80	20	-	100
Cível	89	83	(55)	117
Tributária	17	-	(17)	-
Total	186	103	(72)	217

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	100	80
Cível	Provável	117	89
Tributária	Provável	-	17
Total		217	186

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 7; R\$ 1.342 e R\$ 93 (2016 - R\$ 10, R\$ 1.372 e R\$ 54), respectivamente.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	11.379	10.221
Total de associados	11.671	11.969

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.158 (2016 – R\$ -79), sendo R\$ 518 (2016 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 1.528 (2016 – R\$ 1.144), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 888 (2016 – R\$ 1.223).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,02% em Conta Capital, no montante de R\$ 533, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste do Estado de São Paulo - Sicredi Noroeste SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.591	893
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.088)	(375)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	4
Provisão resgate de milhas cartão	23	5
Provisão PPR	18	3
Receita com atos cooperativos	932	254
Juros sobre capital próprio	223	-
Outros	(108)	25
Subtotal	1.088	291
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(84)

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	66.486	74.179
Outros Créditos - Rendas a receber	135	67
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	695	738
Investimentos (Nota 08)	2.584	2.523
Intangível (Nota 09)	1.326	1.215
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	1.048	1.025
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	4.778	4.083
Receitas		
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	62	27
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	6.990	9.214
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	100	126
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 17)	367	365
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 19)	3.484	4.873

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	173	0,66%	94
Depósitos a prazo	1.450	1,90%	2.302
Operações de crédito	299	0,57%	475

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.167	1.797

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	175	182
Despesa de aluguéis	1.303	1.290
Despesa de comunicação	516	563
Despesa de manutenção e conservação	441	404
Despesa de material	91	96
Despesa processamento dados	140	123
Despesa de promoções e relações públicas	515	399
Despesa de propaganda e publicidade	12	22
Despesa de seguro	49	56
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.406	1.359
Despesa de serviços de terceiros	194	198
Despesa de serviços de vigilância e segurança	438	452
Despesa de serviços de técnicos especializados	598	558
Despesa de serviços de transpostes	202	198
Despesa de viagem	187	182
Outras despesas administrativas	1.387	1.637
Total	7.654	7.719

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	368	402
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	6.870	9.042
Reversão de provisões operacionais	480	525
Outras rendas operacionais	104	184
Total	7.822	10.153

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	643	857
Contribuição O.C.E.	28	27
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	215	1.845
Contribuição Confederação Sicredi	1.985	1.644
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	348	275
Contribuição Sureg	-	2
Encargos da administração financeira	38	49
Repasse administradora de Cartões	194	219
Depreciação e amortização	299	176
Outras provisões operacionais	399	406
Outras despesas operacionais	1.936	704
Total	6.085	6.204

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	762	588
Total	762	588

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	17.984	15.283
Nível I (NI)	17.984	15.283
Capital principal - CP	17.984	15.283
Capital social	11.379	10.221
Reservas de capital	6.659	5.068
Lucros acumulados	885	574
Ajustes Prudenciais	(939)	(580)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	84.545	76.714
Margem de Capital (i)	6.994	5.310
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,27%	19,92%
Situação de Imobilização (Imob)	1.604	2.071
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,92%	13,55%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Cassia Regina Caprioli
Diretora Executiva
CPF: 086.676.208-66

Fábio Osório Alves
Diretor de Operações
CPF: 323.551.668-97

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20